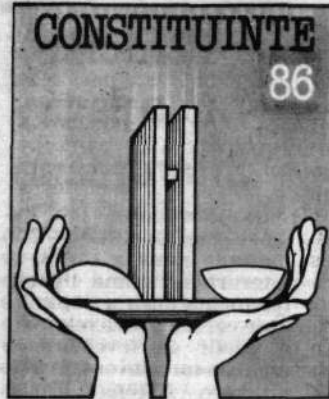


Comissão faz opção por parlamentarismo misto

A proposta é o modelo existente na França, com adaptações à realidade brasileira



Boletim vai divulgar a Constituinte

O Ministério da Desburocratização e a Comissão Interpartidária da Constituinte da Câmara Federal, deverão celebrar, nos próximos dias, convênio visando a publicação do Boletim da Constituinte, que terá como objetivo divulgar o que as entidades estão fazendo sobre o assunto no País.

Segundo o ministro Paulo Lustosa, o boletim procurará ser o mais simples possível, para que as informações cheguem a todos os brasileiros, bem como possa também captar novas idéias.

O primeiro número do Boletim da Constituinte deverá estar circulando na segunda quinzena deste mês. Terá a forma de um tabloide e serão impressos aproximadamente 100 mil exemplares.

Além de divulgar o que as entidades e órgãos estão fazendo com relação à Constituinte, o boletim terá matérias técnicas, mostrando os aspectos jurídicos de uma constituinte.

Comissão ainda estuda dossiê da corrupção

Goiânia (Sucursal) — A estratégia de ação visando apurar as denúncias de corrupção em órgãos do governo Iris Rezende deverá ser traçada hoje ou amanhã, quando a comissão designada pelo governador de Goiás se reunir pela primeira vez. Auxiliado por representantes



Ao lado de Mauro Santayanna, o jurista Afonso Arinos anuncia o novo esquema de funcionamento da Comissão da Constituinte

Estratégia para tirar de campo o time de Brizola

LEITE FILHO
Da Editoria de Política

A solução parlamentarista vem há algum tempo sendo examinada não apenas nos círculos políticos, como também nos militares e empresariais e por alguns ministros do Governo; como forma de evitar a ascensão de um líder político carismático e populista.

Assim como foi implantado em 1961 para diminuir os poderes de João Goulart que, como vice-presidente, assumiu como titular por causa da renúncia do presidente Jânio Quadros, a tese do parlamentarismo é agora apontada como o melhor antídoto contra Leonel Brizola.

Ela agora toma impulso de

PRESIDENTE DIRETO

A idéia central do ex-senador, que já teria obtido o apoio da grande maioria dos 50 membros da Pré-Constituinte, é de esvaziar substancialmente os poderes do Presidente da República, transferindo-os para o gabinete de ministros e para o premier, designados pela Câmara e o Senado.

Ao presidente da República só seriam reservadas as funções meramente cerimoniais de receber embaixadores, presidir solenidades cívicas e outras incumbências protocolares, assim como ocorre hoje, por exemplo, nos sistemas parlamentares da Alemanha e da Itália.

Não obstante e devido prin-

de qualquer gabinete.

Esta mesma linha é observada na emenda do senador Jorge Bornhausen, do PFL de Santa Catarina, que reuniu num substitutivo outras propostas dos deputados Herberth Levy (PFL-SP) e Victor Faccioni (PDS-RJ), Fernando Bastos (PFL-SC) e Airton Sandoval (PMDB-SP).

A emenda Bornhausen, que está pronta para ser votada a qualquer momento pelo Congresso — a matéria só ainda não subiu à ordem do dia porque seu autor julga que não tem apoio suficiente de votos e agora pretende transferi-la para a Constituinte, reduz substancialmente os poderes atuais do Presidente da República.

O presidente — diz a emenda

emergência e decretar o estado de sítio e o estado de emergência, recursos últimos para garantia da ordem e da execução das leis, que ficará com o primeiro-ministro.

O GABINETE

Já o Gabinete ou o Conselho de Ministros vai conduzir a política geral do Governo, exercer a direção suprema da administração federal e ser responsável perante o Congresso Nacional.

Sua presidência — o cargo de primeiro-ministro — é exclusiva de membros do Congresso Nacional. O primeiro-ministro é indicado pelo Presidente da República e submetido à confiança do Congresso Nacional, mas no caso de o

Rio — A comissão de estudos constitucionais, presidida por Afonso Arinos, entrou ontem em nova fase, a partir da definição dos quadros dos 10 comitês temáticos e de seus respectivos coordenadores. Embora sem o anúncio formal da opção por um regime misto de governo, que estaria mais aproximado do parlamentarismo francês, há consenso entre os integrantes da comissão sobre a conveniência do novo regime, por isso as discussões sobre tópicos específicos, muitos dos quais não envolvem diretamente o sistema de governo, foi iniciada ontem e prosseguirá nos dias 30 e 31 de janeiro e 1º de fevereiro.

O ex-ministro Afonso Arinos, que não faz parte de nenhum dos comitês, explicou que as reuniões separadas realizadas ontem na sede do Banco Central, no Rio, "vão dar a rota a ser percorrida a partir do dia 30". De acordo com o secretário-executivo da comissão, jornalista Mauro Santayanna, a escolha da data para a reunião plenária que aprovará a proposta de adoção do novo regime de governo é "um problema de natureza política".

Segundo ele, a maior dificuldade que os membros da comissão estão enfrentando refere-se ao fato de que, embora os setores políticos e de governo, inclusive o presidente Sarney, estejam de acordo quanto ao regime parlamentarista como um sistema "superior", esse mecanismo não está claro para o povo. Santayanna disse que é preciso informar o cidadão comum sobre as características do sistema parlamentar de governo, que permite maior identidade da nação, na medida em que "a sociedade assume o Estado".

A inclinação majoritária é por um sistema interligado, com traços dos parlamentarismos tradicionais e dos mais modernos, como os que existem na França, na Espanha, e na Grécia — afirmou Afonso Arinos, acrescentando que no parlamentarismo a corrupção, por exemplo, tende a diminuir porque os poderes são independentes e são fiscalizados pelo Congresso. Havendo denúncia de corrupção, cai o gabinete e o presidente do conselho de ministros (primeiro-ministro) é obrigado a escolher outro.

PARLAMENTARISMO BRASILEIRO

Na prática, o regime misto — definido pelos membros da comissão ora como "presidencialismo congressual", ora como "parlamentarismo misto" —

mento decidisse. Esta seria uma forma de adaptar o sistema à realidade brasileira, pois como tem repetido Afonso Arinos, a dissolução do Parlamento e a convocação de novas eleições seria no Brasil como "um terremoto no México".

O presidente da República, no sistema misto, atua como uma espécie de "poder Moderador" na resolução dos conflitos, o que significa dizer que a sua competência, comparada ao sistema parlamentarista puro, é maior. A delimitação do mandato do presidente da República varia de país para país. Em Portugal, por exemplo, é de sete anos.

COLETIVA

Antes que cada comitê temático realizasse sua primeira reunião, o professor Afonso Arinos, promoveu uma reunião coletiva, sem o caráter de uma plenária, na qual foram definidas as normas de funcionamento de cada comitê. Compareceram, entre outros, o consultor-geral da República, Paulo Brossard, o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence; o assessor especial do presidente Sarney, Célio Borja; o presidente da Flesp, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho; o presidente do grupo Votorantim, Antonio Ermirio de Moraes; o ex-ministro Eduardo Portella e o presidente do Dieese, Walter Barelli.

O jurista Miguel Reale, eleito coordenador do comitê de estudos sobre o "Poder Judiciário e o Ministério Público", disse que foram relacionadas 15 questões básicas a serem examinadas sobre o Poder Judiciário e cinco relativas ao Ministério Público. Um desses aspectos, conforme destacou, seria a conveniência de criar-se uma corte constitucional ou rever-se a atual competência do Supremo Tribunal Federal. Esta corte deliberaria única e exclusivamente sobre a constitucionalidade, do contrário, essa atribuição ficaria com o STF, sendo transferidas para outros órgãos as questões não constitucionais.

A tendência da comissão sobre a participação dos Estados em matéria de organização judiciária e de direito processual é aprovar a descentralização, aumentando a sua competência em matérias dessa natureza, assegurou o jurista. Segundo ele, não há Federação no Brasil em termos de Justiça, sobretudo após o pacote de abril do Governo Geisel.

Por sua vez, o ex-senador Mário Martins, coordenador do Comitê incumbido de analisar os